

ESTATUTO DO MUNDO DO TRABALHO PRETENDE SE CONTRAPOR AOS RETROCESSOS DA NOVA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

Documento em debate no Senado pode ser uma alternativa contra abusos em vigor desde novembro

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado irá apresentar, no dia 1º de Maio, uma versão preliminar do Estatuto do Mundo do Trabalho para reverter pontos da nova Lei Trabalhista, em vigor desde novembro do ano passado, e que promoveu um retrocesso histórico nos direitos e garantias da classe trabalhadora.

“NOVA CLT” - À frente do anteprojeto de lei como relator da matéria e vice-presidente da subcomissão, o senador Paulo Paim (PT-RS) destacou que esta primeira versão do documento, chamada por ele de “nova CLT”, irá fortalecer os trabalhadores e trabalhadoras. Questões como trabalho escravo e a terceirização sem limites, que na atual lei contemplam apenas os patrões, estão previstas no novo texto.

“O debate sobre uma nova CLT vai dar luz para discutir uma visão moderna e progressista do mundo do trabalho e não essa coisa que foi aprovada à toque de caixa aqui no Congresso Nacional”, explicou. Paim disse que levará a proposta aos candidatos à presidência da República, pois, segundo ele, “essa matéria só deverá ser



Senador Paulo Paim (PT-RS), o relator da matéria

apreciada em plenário quando o Poder Executivo tiver um representante legitimamente eleito”. “Não iremos discutir um assunto dessa envergadura com um governo que não foi eleito para mexer nos direitos da classe trabalhadora”, destacou.

RESISTÊNCIA - Para a secretária de Relações do Trabalho da CUT, Graça Costa, que vem acompanhando os debates em Brasília, essa é também uma oportunidade para fazer um balanço dos prejuízos que a reforma trabalhista de Temer causou ao conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras. “É um espaço importante de resistência não só para tentar recuperar o que perdemos, mas avançar nos direitos, seguindo os países que têm uma

legislação realmente moderna”, avalia. Para a dirigente, as decisões políticas que estão sendo tomadas para massacrar o povo brasileiro já podem ser sentidas, conforme dados apresentados na Audiência Pública da subcomissão do Estatuto do Trabalho, ocorrida recentemente. Segundo Graça, além do aumento do desemprego, o mercado de trabalho não criou novos postos como havia prometido o governo ilegítimo e golpista de Michel Temer.

PLENÁRIO - Para que o Estatuto do Mundo do Trabalho se torne realidade, a matéria precisa ser aprovada nas comissões do Senado para depois ser levada ao plenário. Até lá, o senador Paulo Paim acredita que toda a sociedade deve ter acesso ao texto, que está sendo elaborado em conjunto com juizes, promotores, advogados, movimentos sociais, centrais sindicais e sindicatos.

AUDIÊNCIAS - Já foram realizadas 17 audiências públicas desde o final do ano passado até agora e, conforme explicou o senador, deverão ocorrer dois encontros por semana até fechar a proposta que será apresentada no Dia do Trabalhador e da Trabalhadora.

CAMPO GRANDE-MS: COM INTERMEDIÇÃO DO SINTRACOM, EMPREITEIRA PAGA ATRASADOS

A empreiteira Trado, em Campo Grande-MS, pagou na última sexta-feira (23) cerca de 10 operários que estavam com o salário de janeiro atrasado, além do vale que deveria ter sido pago na terça-feira, dia 20 de fevereiro

COBRANÇA - No começo da semana, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário (Sintracom-CG) esteve reunido com os trabalhadores para intermediar a situação junto à empreiteira que pres-



Trado pagou dia 23 os salários e vales devidos

tou o último serviço para a Construtora Consbase. A alegação da dona da emprei-

teira era de que ainda não havia recebido as medições da Consbase. Na ocasião, a empreiteira disse ao Sindicato que faria o pagamento até o final de fevereiro.

COMUNICAÇÃO - O Sintracom vem desenvolvendo um intenso trabalho de diálogo e consulta às bases, alertando para que, diante de qualquer atraso ou situação que coloque em risco o trabalho, o operário entre em contato imediatamente com a entidade, que tomará as medidas cabíveis.

DESASTRE: TAXA DE INVESTIMENTO NO BRASIL É A MENOR DESDE 2001

A economia brasileira continua no fundo do poço e, segundo o Monitor do Produto Interno Bruto (PIB) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), vai fechar o ano de 2017 em torno de ZERO.

FANTASIA - Mesmo tentando fazer coro com o governo golpista sobre uma

hipotética “recuperação”, o Monitor da FGV é obrigado a reconhecer o que os números apontam. “A produtividade da economia, que alcançou o pico em 2013, tem se reduzido desde então e, em 2017, é inferior à de 2010”.

NEGATIVO - Conforme o Monitor, “cha-

ma a atenção o desastre da indústria de transformação cuja produtividade é a menor da série do Monitor do PIB-FGV iniciada em 2001”. E mais: “a taxa de investimento da economia brasileira foi de 15,7% em 2017, a menor da série histórica iniciada em 2001”.

TRAGÉDIA: COM TEMER, BRASIL TEM MULTIPLICAÇÃO DE EMPREGOS PRECÁRIOS E MAL REMUNERADOS

Segundo IBGE, número de trabalhadores sem carteira aumentou 5,7% e o rendimento é 44% menor do que os com carteira assinada

C Brasil está gerando mais empregos precários e mal remunerados, aponta Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), divulgado sexta-feira (23) pelo IBGE. Em 2017, o número de trabalhadores e trabalhadoras sem carteira assinada, portanto, sem direito a férias e 13º salário, entre outros benefícios, aumentou 5,7% - o de trabalhadores formais caiu 2%. Além de não terem direitos, os informais recebem, em média, 44% menos do que o trabalhador que tem carteira assinada.

Para o presidente da CUT, Vagner Freitas, esses dados mostram a incapacidade do golpista e ilegítimo Michel Temer de propor medidas para aquecer a economia do país e assim gerar emprego decente, e derrubam o discurso de que a reforma Trabalhista contribuiria para criar milhões de empregos no Brasil.

EXPLORAÇÃO - "O fato é que ele legalizou o bico por meio de sua reforma e, com isso, criou o cenário ideal para empresários inescrupulosos explorarem uma mão de obra que se torna barata pela total falta de opção e desespero".

"O que gera emprego não é a retirada de direitos, não é flexibilização, é cresci-

mento econômico. E a economia do Brasil só vai voltar de fato a crescer quando o governo aumentar os investimentos público e privado, e o povo voltar a consumir porque têm emprego e acreditam na política econômica", diz Vagner. O dirigente avalia, ainda, que é preciso aumentar o acesso ao crédito, o gasto público e os salários, não o contrário, como os golpistas parecem acreditar. "Sem investimentos em máquinas, ciência, tecnologia e educação o país não voltará a crescer, muito menos gerar emprego decente e renda", afirma.

CRISE - O coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, Cimar Azeredo, confirma que a crise econômica contribuiu para a precarização do trabalho. Segundo disse em entrevista à um portal de notícia da grande imprensa, só entre 2014 e 2017, o Brasil perdeu cerca de 3 milhões de postos de trabalho com carteira assinada e, "com isso, aumentou o número de trabalhadores contratados sem carteira assinada e por conta própria".

Segundo o IBGE, no 4º trimestre de 2017 a média de rendimento mensal do trabalhador com carteira assinada no país era de R\$ 2.090. Já o rendimento dos sem



carteira assinada era de R\$ 1.179 - uma diferença de R\$ 911. No mesmo trimestre de 2016, a diferença entre o valor pago (já descontada a inflação) era menor - 40,5% ou R\$ 818.

A pesquisa também mostrou que o trabalho por conta própria aumentou 4,8% e que o rendimento médio em 2017 foi de R\$ 1.567 - um pouco superior ao dos empregados sem carteira assinada, mas 25% menor que o dos trabalhadores formais.

RENDIMENTOS - O rendimento médio de todos os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, com e sem carteira assinada, cresceu 1,6% - no caso dos trabalhadores com carteira assinada o aumento foi de, em média, 3,6% maior do que o recebido no ano anterior. Já o rendimento dos sem carteira caiu 1,8%, enquanto o do trabalhador por conta própria subiu 1,2%.

Marize Muniz

PR: FÓRUM EM DEFESA DA LIBERDADE SINDICAL SOMA UMA CENTENA DE ENTIDADES

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, de Olarias e Cerâmicas de Curitiba e Região Metropolitana (Sintracon) está somando esforços no Fórum em Defesa da Liberdade Sindical, criado em dezembro por iniciativa inédita do Ministério Público do Trabalho do Paraná (MPT).

De acordo com o procurador Alberto Emiliano de Oliveira, o Fórum - que tem seu lançamento oficial previsto para março - será um espaço para denúncias e discussões das práticas antissindicais cometidas por empresas ou pelo próprio empregador público (governos e empresas públicas). Além disso, servirá como "um mecanismo de provocação das instituições" que devem atuar nas denúncias, como o Ministério Público Estadual, Federal e o próprio MPT. "O resultado final da reforma trabalhista revisou tão somente os interesses dos empresários e de alguns segmentos do governo", condenou.

GOVERNO ILEGÍTIMO E ILEGAL QUER SUSPENDER CONSTITUIÇÃO FEDERAL APENAS NAS FAVELAS

Todos os juristas do país declararam que os mandados "coletivos" de busca e apreensão, pretendidos pelo governo para a intervenção federal no Rio de Janeiro, são ilegais, inconstitucionais e discriminatórios no pior sentido da palavra.

Conforme o professor de Direito Penal, João Paulo Martinelli: "O mandado

coletivo parte do pressuposto de que as pessoas de determinada área são criminosas e, por isso, o Estado poderia invadir suas residências em busca de armas, drogas e pessoas procuradas".

PRIVILÉGIOS - A jurista e defensora pública Carolina Haber, vice-presidente do Conselho Penitenciário do Estado do

Rio de Janeiro, esclareceu que "nunca haveria um mandado coletivo para que a Polícia Federal entrasse em cada apartamento do Leblon em busca de sonegadores, mesmo que os indícios apontem para a existência de vários naquela região da cidade". "A aceitação do mandado coletivo em determinadas regiões equivale à suspensão da Constituição nas áreas mais pobres. Constituição que não vale para todos não é carta de direitos, é rol de privilégios", sublinhou a jurista.

